

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

No dia 28 de agosto de 2015, às 15h10, o Excelentíssimo Desembargador-Presidente Aldon do Vale Alves Taglialegna, o Excelentíssimo Juiz Presidente da AMATRA Luciano Santana Crispim e os servidores Larissa Dantas Andrade – representando o Diretor-Geral, Fernando Costa Tormin – Secretário-Geral da Presidência, Marcos dos Santos Antunes – Secretário-Geral Judiciário, Álvaro Celso Bonfim Resende – Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, Ana Beatriz Braga Pereira – Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, Humberto Magalhães Ayres – Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, Marcelo Marques de Matos – Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Suzana Lage Ferreira – Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças, Leandro Cândido Oliveira – Coordenador da Coordenadoria de Manutenção e Projetos, Adolfo Medeiros – Coordenador da Coordenadoria de Licitações e Contratos, José Everson Nogueira Reis – Coordenador da Coordenadoria de Material e Logística, Márcia Divina Bueno Rosa – Chefe da Divisão de Comunicação Social e Cerimonial, Adnólia Pereira de Oliveira Aires – Chefe do Núcleo de Relações Institucionais, Robnaldo José dos Santos Alves – Chefe do Núcleo de Governança Corporativa de TIC, Maria Célia de Sene Bavaresco – Chefe do Núcleo de Projetos e Processos de Negócios, Cássia Maria Sebba Kafuri e Fernando Silva de Queiroz Barreto – servidores do Núcleo de Governança Corporativa de TIC, Flávia Ramos Queiroz Oliveira, Diogo Felipe de Aguiar, Carlos Roberto Lopes de Paiva e Flávia Valeska de Oliveira Costa – servidores da Secretaria de Gestão Estratégica, reuniram-se na Presidência do Tribunal para realizar a 1ª Reunião de Análise da Estratégia de 2015. O Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, Álvaro Celso Bonfim Resende, iniciou a reunião abordando a Resolução 198/2014 do CNJ, a qual estabelece que, pelo menos quadrimestralmente, os tribunais realizarão Reuniões de Análise da Estratégia para acompanhamento dos resultados e realização de ajustes e outras medidas necessárias para a melhoria do desempenho institucional. O diretor informou que os objetivos desta reunião eram: apresentar algumas alterações no Plano Estratégico do TRT 18, demonstrar resultados dos indicadores e apresentar as propostas de projetos estratégicos para serem inseridos no Plano Institucional. Em seguida, a servidora Flávia Ramos Queiroz Oliveira, da Secretaria de Gestão Estratégica, explicou que a primeira alteração no Plano foi nas metas do indicador “Tempo médio de duração do processo – 2ª instância”, pois a linha base foi alterada de 179,5 dias para 155,33 dias para ficar de acordo com os dados encontrados pelo CSJT. O Desembargador-Presidente Aldon do Vale Alves Taglialegna pediu esclarecimentos sobre esta alteração. Diante disso, a servidora expôs que a meta de 2015 passaria de 179,5 dias para 155,33 dias, já que, para este ano, a meta seria manter o valor de 2014. Dando prosseguimento, a servidora falou sobre o indicador “Índice de concentração de processos de maiores litigantes”. Informou que a linha base para esse indicador foi fixada

em 3712 processos pendentes e que, consequentemente, a meta para 2015 seria de reduzir para 3656 processos dos maiores litigantes pendentes. Acrescentou que os resultados desse indicador seriam explicados posteriormente pelo diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Marcelo Marques de Matos. Dando continuidade à reunião, a servidora apontou a terceira alteração do Plano, a qual diz respeito ao indicador “Índice de execução do orçamento disponibilizado”. Ela relatou que a linha base do nosso Plano foi alterada de 82,41% para 89,65%, de acordo com os dados fornecidos pelo CSJT e que, diante disso, a meta foi alterada em todos os anos, sendo que em 2015 a meta seria atingir um índice de execução do orçamento disponibilizado de 90,15%. Logo após, a servidora explicou sobre a quarta alteração do Plano, que foi a inserção do objetivo estratégico “Garantir infraestrutura física moderna e adequada” e dos seus respectivos indicadores: “Quantidade de novas edificações concluídas” e “Quantidades de unidades ampliadas e modernizadas”. Afirmou, ainda, que o indicador “Índice de edificações da JT que possuem acesso à pessoa com deficiência” estava ligado ao objetivo estratégico “Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos de cidadania”, mas que, agora, estaria associado ao novo objetivo. Dando prosseguimento à reunião, o diretor da Secretaria de Gestão Estratégica expôs o resultado do indicador “Índice de agilidade na tramitação dos processos administrativos de aquisição de bens e serviços” no primeiro semestre de 2015, que foi de 12%. Destacou que foi realizada uma reunião com os servidores da Diretoria-Geral, da Secretaria de Orçamento e Finanças e da Coordenadoria de Licitações e Contratos com o objetivo de envidar esforços para melhorar o desempenho deste indicador. Posteriormente, o diretor da Secretaria da Corregedoria Regional demonstrou os resultados dos indicadores: “Índice de processos julgados” (meta nacional 1), “Índice de processos antigos julgados” (meta nacional 2), “Índice de execução” (meta nacional 5), “Índice de ações coletivas julgadas” (meta nacional 6), “Índice de concentração de processos dos maiores litigantes” (meta nacional 7), “Índice de conciliação – 1º grau – fase de conhecimento”, “Tempo médio de duração do processo – 1º grau”, “Tempo médio de duração do processo- 2º grau”. O Desembargador-Presidente Aldon do Vale Alves Taglialegna questionou se a greve tinha impactado no resultado do indicador “Índice de processos julgados”. O diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Marcelo Marques de Matos, alegou que em janeiro houve um recesso branco nas Varas do Trabalho, o que também contribuiu para o desempenho apontado no 1º grau. O Secretário-Geral da Presidência, Fernando Costa Tormin, acrescentou que, em razão da greve, o estoque de processos ficou represado no 1º grau, o que justifica o desempenho elevado do 2º grau. O diretor da Secretaria da Corregedoria Regional informou, também, quais Varas estão conseguindo cumprir as metas, que a meta nacional 2 já foi atingida, que a meta nacional 5 provavelmente não será alcançada e que esforços estão sendo realizados para cumprir as metas nacionais 1 e 6. Manifestou que a meta nacional 7 deveria ser revista. O Juiz Presidente da AMATRA, Luciano Santana Crispim, alertou que é necessário ter cautela para cumprir a meta estabelecida para o “Índice de conciliação – 1º grau - fase de conhecimento”, a fim de que os reclamantes não sejam prejudicados nas conciliações. Acrescentou que muitos juízes titulares estão sendo convocados para o 2º grau, o que prejudica o cumprimento das metas no 1º grau. Após, o diretor Marcelo Marques de Matos apresentou o desempenho dos outros tribunais e salientou que o TRT da 18ª Região tem apresentado um desempenho maior que a média do país. Em seguida, o coordenador da Coordenadoria de Manutenção e Projetos, Leandro Cândido Oliveira, sugeriu a alteração das metas estabelecidas para o indicador “Índice de edificações da JT que possuem acesso à pessoa com deficiência”, em virtude do sobrestamento do processo administrativo 15388/2015 por falta de recurso e da rescisão dos contratos de Goiatuba, Itumbiara,

Inhumas e Quirinópolis. Após, a diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças relatou que até a presente data 46% do orçamento já havia sido executado e que a meta para 2015 provavelmente seria cumprida. Continuando, a diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, Ana Beatriz Braga Pereira, explicou sobre o indicador “Tempo médio de duração dos processos de pedido de concessão de benefícios a magistrados e servidores”, comunicando que foram encontradas falhas no cômputo do tempo médio dos processos e que em reunião com a servidora Ângela Marisa, da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, foram definidos novos critérios para contagem do prazo. Ressaltou que a servidora Flávia Ramos Queiroz Oliveira, da Secretaria de Gestão Estratégica, havia sugerido medir os prazos dos processos de determinados assuntos, que estivessem mais demorados, mas que, inicialmente, gostaria de verificar o prazo geral, de todos os assuntos. Acrescentou, ainda, que em parceria com a Secretaria de Gestão Estratégica está sendo realizado um trabalho de mapeamento dos processos de trabalho da Secretaria de Gestão de Pessoas. Lembrou, também, que no cômputo do tempo médio de duração dos processos de pedido de concessão de benefícios a magistrados e servidores estão incluídos processos da Seção de Magistrados e da Escola Judicial. Dando prosseguimento à reunião, a servidora Flávia Ramos Queiroz Oliveira explicou acerca da determinação contida na RA 198/2014 do CNJ no sentido de que as iniciativas estratégicas do Tribunal devem ser contempladas no Plano Estratégico e da auditoria realizada pelo CSJT, quando a equipe de auditoria sugeriu incluir a obra de construção do complexo trabalhista de Goiânia como iniciativa estratégica constante no Plano Estratégico Institucional. Assim, informou que os diretores responsáveis iriam apresentar as propostas de projetos que, se fossem aprovados, integrariam o Plano Estratégico e seriam acompanhados pelo Escritório de Projetos da Secretaria de Gestão Estratégica. As primeiras propostas de projeto foram apresentadas pelo diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, Humberto Magalhães Ayres: Aquisição da Central de Atendimento e Telefonia sobre IP. O Desembargador-Presidente pediu maiores esclarecimentos sobre o projeto Aquisição da Central de Atendimento. O diretor Humberto expôs que a Central de Atendimento proporcionaria atendimento de qualidade aos usuários de TIC do TRT18, com gerenciamento efetivo das demandas e solicitações. O Desembargador-Presidente indagou, também, se os telefones VOIP já estavam realizando ligações externas. O diretor da Secretaria da Tecnologia da Informação e Comunicações informou que a empresa contratada para Goiânia pediu alteração no prazo de prestação do serviço e que como não houve licitante para a contratação da empresa que atenderia ao interior, a contratação será direta. Na sequência, a diretora Ana Beatriz descreveu o trabalho realizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas no tocante à Caravana da Saúde. O Desembargador-Presidente pediu esclarecimentos sobre a adequação ergonômica dos postos de trabalho e a diretora explicou que existe um atendimento individual prestado a todos os servidores do Tribunal. Sobre o projeto Implantação da Gestão por Competências, a diretora disse que está sendo realizado um mapeamento das competências. Finalizada a apresentação dos projetos da Secretaria de Gestão de Pessoas, a diretora sugeriu transferir a realização da Pesquisa de Clima Organizacional para a Secretaria de Gestão Estratégica. O diretor desta Secretaria manifestou que esse assunto deveria ser discutido com mais profundidade em outro momento. Posteriormente, o diretor da Coordenadoria de Manutenção e Projetos apresentou os projetos: Construção do Novo Complexo Trabalhista de Goiânia e Implantação do Sistema de Manutenção Predial. O Desembargador-Presidente perguntou sobre o cronograma de conclusão da obra e ressaltou que a obra precisa ser concluída com um bom acabamento. O diretor Leandro relatou que houve um atraso na entrega da 1ª etapa da obra, mas que a 2ª etapa será

iniciada na data prevista no contrato. Acrescentou que o estacionamento do novo Complexo Trabalhista será concluído até o final de 2016. Sobre o projeto Implantação do Sistema de Manutenção Predial, o Desembargador-Presidente indagou se estavam sendo realizadas visitas na capital. O diretor da Coordenadoria de Manutenção e Projetos informou que foi realizada uma visita no início de sua gestão, quando foram gerados relatórios e, a partir disso, as manutenções corretivas estavam sendo realizadas. Destacou que está tendo problemas com alguns terceirizados, mas que os contratos estão sendo rescindidos. O Desembargador-Presidente pediu que fossem realizadas novas visitas de manutenção na capital e que fosse dada uma atenção especial ao conserto das portas giratórias de entrada do Fórum Trabalhista. O diretor Leandro informou que o conserto das portas giratórias estragadas não está sob sua responsabilidade, mas que sabia da existência de um processo administrativo em andamento para tratar do assunto. A servidora Larissa Dantas, da Diretoria-Geral, disse que iria pedir preferência na tramitação do PA que cuida das portas giratórias estragadas e dar um retorno para o Desembargador-Presidente. Em seguida, o diretor da Coordenadoria de Manutenção e Projetos sugeriu um projeto de Utilização Racional de Energia, exemplificando que a redução do consumo no horário de ponta e o desligamento da central de ar-condicionado do Fórum às 18h seriam ações que gerariam economia superior a R\$15.000/mês no cenário atual. Logo após, o diretor da Secretaria-Geral Judiciária apresentou os projetos: Ferramenta de auxílio ao BACENJUD, Justiça Itinerante e Reestruturação do Atendimento ao Cidadão no TRT 18ª Região. O diretor Marcos Antunes afirmou que em 2014 foram realizadas 511 audiências pelo Justiça Itinerante e que até julho de 2015 já foram realizadas 564 audiências. Dando prosseguimento à reunião, o chefe do Núcleo de Governança Corporativa de TIC apresentou o projeto Implantação do Modelo de Governança Corporativa de TIC. Posteriormente, a servidora Cássia Maria Sebba Kafuri apresentou o projeto 3ª Pesquisa de Satisfação de TIC. Em continuidade, o servidor Diogo Felipe de Aguiar, da Secretaria de Gestão Estratégica, apresentou os projetos: Ferramenta de acompanhamento da execução orçamentária e Implantação da Gestão de Riscos no TRT 18. Após, a servidora Flávia Valeska de Oliveira Costa, também da Secretaria de Gestão Estratégica, apresentou os projetos: Otimização dos processos de aquisição, Otimização dos processos de gestão de pessoas e Otimização dos processos de gestão financeira e orçamentária. Todos os projetos apresentados foram aprovados. Por fim, o Desembargador-Presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e lembrando que os projetos apresentados serão acompanhados pela Secretaria de Gestão Estratégica. Deu-se por encerrada a reunião às 17h30min. Eu, Flávia Valeska de Oliveira Costa, Chefe do Escritório de Processos da Secretaria de Gestão Estratégica, lavrei a presente Ata, que, a seguir, foi assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Presidente Aldon do Vale Alves Taglialegna, pelo Excelentíssimo Juiz Luciano Santana Crispim e pelos servidores abaixo nomeados:

Aldon do Vale Alves Taglialegna

Desembargador-Presidente

Luciano Santana Crispim

Juiz Presidente da AMATRA

Larissa Dantas Andrade
Assessora da Diretoria-Geral

Fernando Costa Tormim
Secretário-Geral da Presidência

Marcos dos Santos Antunes
Secretário-Geral Judiciário

Álvaro Celso Bonfim Resende
Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica

Ana Beatriz Braga Pereira
Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas

Humberto Magalhães Ayres
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

Marcelo Marques de Matos
Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional

Suzana Lage Ferreira
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

Leandro Cândido Oliveira
Coordenador da Coordenadoria de Manutenção e Projetos

Adolfo Medeiros
Coordenador da Coordenadoria de Licitações e Contratos

José Everson Nogueira
Coordenador da Coordenadoria de Material e Logística

Márcia Divina Bueno Rosa
Chefe da Divisão de Comunicação Social e Cerimonial

Adnólia Aires

Chefe do Núcleo de Relações Institucionais

Robnaldo José dos Santos Alves

Chefe do Núcleo de Governança Corporativa de TIC

Maria Célia de Sene Bavaresco

Chefe do Núcleo de Projetos e Processos de Negócios

Flávia Ramos Queiroz Oliveira

Assistente de Diretor

Diogo Felipe de Aguiar

Chefe do Escritório de Projetos

Flávia Valeska de Oliveira Costa

Chefe do Escritório de Processos

Carlos Roberto Lopes de Paiva

Secretaria de Gestão Estratégica

Cássia Maria Sebba Kafuri

Núcleo de Governança Corporativa de TIC

Fernando Silva de Queiroz Barreto

Núcleo de Governança Corporativa de TIC